Processo TC nº 016.715/2011-0
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Benedito Sá de Santana, ex-prefeito de Sucupira do Norte/MA na gestão 2005-2008, em razão da omissão na prestação de contas do Convênio nº 842080/2006, Siafi 577061, firmado com a Prefeitura de Sucupira do Norte/MA para a construção de um prédio escolar com seis salas de aula na zona urbana do Município, conforme termo de convênio (peça 1, p. 74-82) e plano de trabalho aprovado (peça 1, p. 19-62).

2. Retornam os autos a este Gabinete após análise pela unidade técnica da documentação encaminhada pelo responsável, a título de prestação de contas.

3. A Secex/MA solicitou, preliminarmente, a manifestação do FNDE quanto à documentação apresentada e concluiu pela não aprovação das contas do responsável, em razão da não apresentação pelo conveniente do plano de trabalho, relatório de cumprimento do objeto, termo de aceitação definitiva da obra e os termos de adjudicação e homologação da licitação realizada.

4. Ao dar continuidade à sua análise, a Secex/MA identificou indícios de pagamento antecipado, de simulação do processo licitatório e de inexecução do objeto, o que suscitou a necessidade de colher mais elementos junto a diferentes órgãos para apreciar o caso.

5. As informações colhidas levaram a unidade técnica a concluir pela inexecução do objeto pactuado.

6. Os achados apontam para a inexistência de qualquer unidade consumidora de energia em nome da Prefeitura no endereço previsto onde seria erguida a unidade escolar. Apurou-se, ainda, a falta de capacidade operacional da empresa contratada para execução da avença, ante a ausência do registro de empregados no período que supostamente foram realizadas as obras.

7. A movimentação financeira, por sua vez, indicou que os recursos disponibilizados foram movimentados em sua maior parte por meio de cheques nominiais em nome da Prefeitura, em desacordo com a legislação e, por consequência, afastando o nexo de causalidade entre os documentos bancários e a prestação de contas apresentada.

8. Os extratos e as cópias dos cheques emitidos também não permitem afirmar que a construtora supostamente contratada para realizar as obras foi beneficiária dos referidos pagamentos.

9. A Secex/MA ainda apurou que os recibos emitidos pela construtora foram assinados pelo Sr. Sebastião Franklin Filho, sócio administrador de outra empresa, a Construtora Rio Parnaíba Ltda.

10. Por fim, a instrução técnica ainda destacou os fortes indícios de que o procedimento licitatório foi simulado, ante a incongruência entre as datas de emissão da Nota Fiscal nº 138 (peça 12, p. 16-17) e de julgamento do certame.

11. Assim, ante os elementos constantes dos autos, este representante do MP/TCU manifesta-se de acordo com a proposta de mérito da unidade técnica constante da peça 48, p. 05-07.

Ministério Público, em maio de 2015.

(Assinado eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral